

A Gazeta - 26.03.2003. No. 12

Estado tem déficit de 113 mil moradias

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Governo planeja apresentar proposta para o setor em 60 dias

GUSTAVO BELESA

O problema da falta de habitação, que atormenta boa parcela da população brasileira, é crescente no país. De acordo com levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o déficit habitacional cresceu 20%, nos últimos dez anos. Somente o Espírito Santo apresenta uma necessidade de construção de 113.359 moradias.

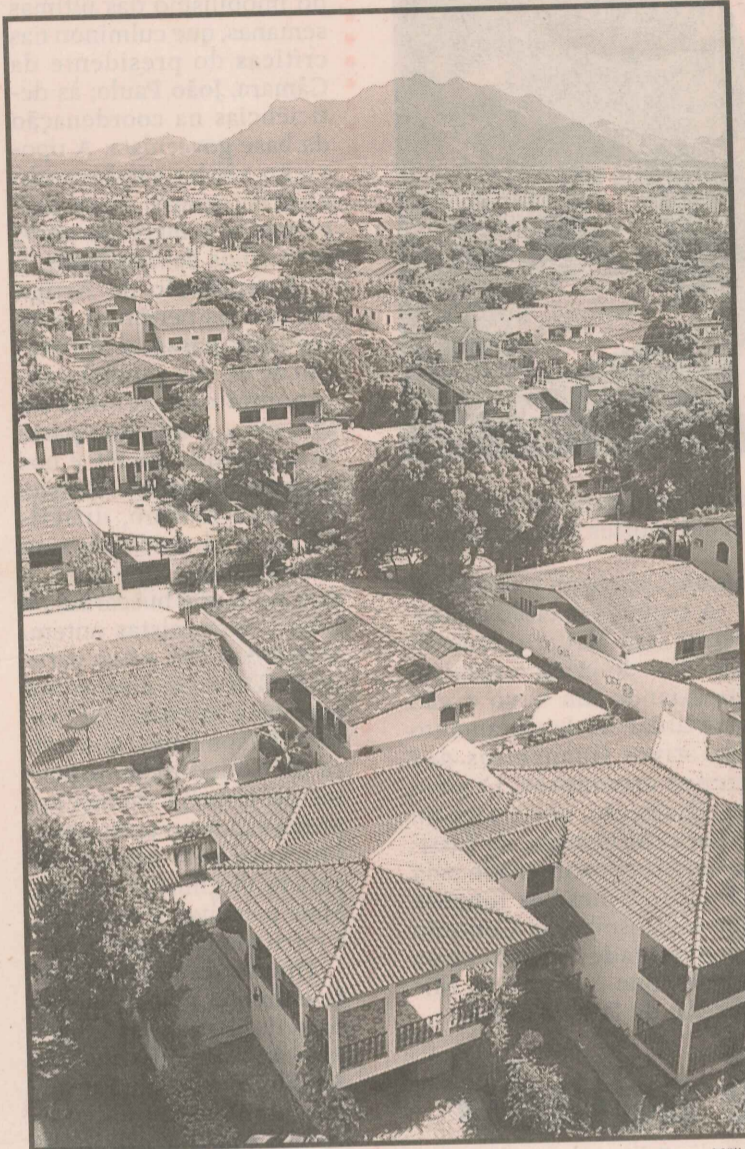
Desse volume, segundo o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (Sindicon), 99.109 residências precisariam ser construídas na área urbana e outras 14.250 na zona rural. A média é de 3,7 moradores por domicílio, no Estado.

A maior parte do déficit habitacional (83%) atinge famílias que ganham até três salários mínimos, principalmente nas áreas urbanas, abrangendo um universo de 20,3 milhões de pessoas, em todo o país.

Este inchaço, segundo Sindicon, deve-se a invasões populares em áreas de risco, gerando insegurança, violência, insalubridade e calamidades, como deslizamentos de barracos nas enchentes.

Deficiência

Com este cenário, o presidente do Sindicon, José Eduardo Kossatz de Berrêdo,



Nestor Müller

Cidade

Na área urbana, o Espírito Santo tem déficit habitacional de 99 mil unidades

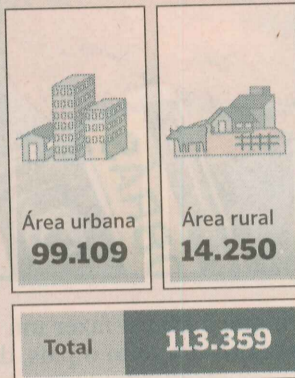
destaca que, no Espírito Santo, cerca de 60% do déficit provém de "moradias deficientes" - ou seja, pessoas que moram em residências de parentes ou amigos. Outros 17% do contingente deficitário faz parte da população que arca com ônus de alu-

guel, gastando em média 30% de sua renda total.

Além disso, 22% vivem em barracos improvisados e 0,6% em moradias tão precárias que seria impossível reformá-las. "A solução para a falta de moradia depende da criação de alternativas de acesso ao crédito, independentemente do maior ou menor poder aquisitivo do cidadão", sugere Berrêdo.

Estatística

Confira o déficit habitacional no Espírito Santo



A Gazeta/Ed. de Arte

Para ele, é preciso oferecer financiamento a quem tem capacidade de pagamento, e custeio, por parte do Governo federal, para as famílias que não possuem recursos. "Para atender à população carente é preciso mudar conceitos em relação ao papel do Governo", afirma Berrêdo.

Proposta

O diretor-presidente da Cohab, Paulo Bubach, disse que o Governo estadual apresentará uma proposta sobre projeto de moradias em 60 dias. Ele assumiu a entidade na semana passada e está levantando informações sobre a situação da Cohab.

"Pretendemos criar um conselho de política habitacional para caracterizar o déficit do Estado. Depois definiremos as ações com enfoque na população que possui condição de arcar com a moradia. Para a população carente, o objetivo é trabalhar junto ao Ministério das Cidades para buscar recursos federais e oferecer moradias", disse Bubach.

BAIXA RENDA

Governo federal anuncia 230 mil casas

Cerca de 230 mil casas populares serão construídas para a população carente. A notícia foi anunciada nesta semana pelo ministro das Cidades, Olívio Dutra. As casas serão destinadas a famílias com renda entre um e três salários mínimos. Segundo a assessoria do Ministério das Cidades, o Governo federal pretende lançar o programa nas próximas duas semanas. Para isso, fará uso dos recursos provenientes do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). "O dinheiro para o programa poderá ser aplicado diretamente pelas prefeituras", informou Dutra. O montante total de recursos disponíveis para o programa ainda está sendo estudado pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelos Ministérios das Cidades, da Fazenda e do Planejamento. O ministro Olívio Dutra também quer que as atuais regras de financiamento sejam revisadas para facilitar o acesso das prefeituras a recursos disponíveis para construção de imóveis populares.

de 113 mil moradias
Vitória, 26 de março
e. 1, 2, 3 e 4.